

# A GLOBALIZAÇÃO E O DESEJO DE SEGURANÇA

LUIS CARLOS FRIDMAN

*Sociólogo, professor do Departamento de Sociologia  
e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e  
Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF)*



Em entrevista recente, o historiador Eric Hobsbawm, ao ser perguntado sobre seus temores em relação ao futuro, apontou a perda da capacidade do Estado de estabelecer a ordem nas fronteiras nacionais e controlar a violência privada. Evidentemente, Hobsbawm não estava defendendo regimes de força, apenas advertia que o enfraquecimento do Estado (com o seu monopólio da violência) era uma ameaça à vida democrática.

Fundamentalistas com armas até os dentes, exércitos de narcotraficantes, quadrilhas de bandidos de classe média, legiões de seguranças particulares que protegem a vida e a propriedade de pessoas ricas e celebridades, bandos e comandos compostos por adolescentes e jovens miseráveis que distribuem droga, promiscuidade na relação entre as forças de repressão e o crime, tudo isso compõe a vida contemporânea em todos os lugares.

Os condomínios fechados cercados por seguranças e monitorados por sistemas de televisão, exemplo universal de concepção arquitetônica de como viver nas grandes cidades, evidenciam a incorporação da violência nas mais variadas dimensões da vida cotidiana. As pessoas ricas e abonadas da sociedade sentem-se, assim, protegidas do “caos” da vida das ruas, das pessoas pobres e dos bandidos. As cercas, as cancelas e os limites militarizados dos condomínios reforçam as fronteiras sociais pelo elogio à privatização da vida. Não é incomum a presença de escolas, clubes, cursos de línguas, academias

de ginástica, consultórios médicos, lanchonetes e lojas nos condomínios; é uma vida à parte, uma vida em permanente estado de sítio. Moradores e moradoras desses condomínios orgulhosamente proclamam “que não precisam mais ir a lugar nenhum” além dos domínios “comunitários”.

Na mesma entrevista, Hobsbawm salientou que a globalização é um processo irreversível. Mas alertou para a natureza dos fenômenos derivados do livre fluxo das forças do capital, o qual se move à velocidade do sinal eletrônico, e suas conseqüências institucionais. A globalização econômica não é acompanhada da universalização da invenção democrática ou de sua expansão pela ampliação do intercâmbio entre os povos. No mundo contemporâneo, as flutuações financeiras globais ultrapassam a capacidade de as instituições locais monitorarem, controlarem ou mitigarem o movimento do capital. Isso provoca o dismantelamento e a sucessiva reconstrução das instituições, com efeitos perversos sobre as economias locais. O dinheiro se move à velocidade do sinal eletrônico, mas o tempo das decisões políticas e dos projetos estratégicos das nações e dos povos solicita períodos maiores de maturação e implementação. Portanto, a economia global se descola progressivamente da política.

Se o Estado entra num processo de enfraquecimento, as pessoas ricas contratam exércitos particulares, povos fundamentalistas se armam, a classe média apóia a militarização da vida e os grandes setores excluídos também desenvolvem as suas formas de violência. Ao se reduzir a globalização à lógica puramente econômica, perdem-se de vista o conjunto de mudanças na organização social contemporânea e as novas redes de relações em todas as esferas da vida coletiva. O próprio capital se move de maneira diferenciada: anteriormente, ele se estabelecia duradouramente nas localidades e nos territórios, explorando os recursos naturais, os insumos e a força de trabalho. Por se mover à velocidade do sinal eletrônico, o capital não tem qualquer dificuldade de “desarmar as suas tendas”, como aparece na literatura dedicada ao exame das flutuações produtivas e financeiras. Essa volatilidade dispensa a administração, o gerenciamento, as garantias para o trabalho e faz das pessoas que detêm o dinheiro uma massa de “senhores ausentes” (na expressão de Zygmunt Bauman) porque estão em todo lugar e em lugar nenhum. O mecanismo é de desengajamento e de fuga, protagonizado por uma espécie de capital-guerrilheiro da máxima usurpação.

A vida cotidiana nunca esteve tão vulnerável aos acontecimentos globais, o que afeta as ações humanas e os próprios contornos institucionais. Um dos pontos mais importantes do debate sobre a globalização é a apreciação das desigualdades e dos processos hegemônicos *no quadro da compressão do tempo e do espaço*, determinada pelo desenvolvimento tecnológico. A comunicação eletrônica instantânea e o transporte rápido de massa permitem que acontecimentos distantes afetem os destinos locais. Na economia, na política, na cultura e no conhecimento, as fronteiras são sucessivamente ultrapassadas, o que resulta em uma interdependência acelerada e um “mundo em processo de encolhimento”, na expressão de David Held e Anthony McGrew. Isso provoca mudanças estruturais nas interações e na organização social, porque a ação à distância não se resume a “algo que acontece com os outros”. A globalização, em sentido mais que econômico, não é algo que acontece “lá fora”, mas também “aqui dentro”. É um processo múltiplo, que alcança as mais variadas dimensões da vida social e também se expressa nas circunstâncias da vida local. Não está submetida ao controle de nenhuma nação, grupo de nações ou de grandes empresas.

As imensas desigualdades da globalização, situadas no ambiente da compressão do tempo e do espaço, permitem conceber essa nova ordem sob a marca da economia política da incerteza, definida como “o conjunto de ‘regras para pôr fim a todas as regras’ imposto pelos poderes financeiros, capitalista e comercial extraterritoriais sobre as autoridades políticas locais” (Bauman, 2000, p. 175). Nada fica no lugar por muito tempo. O contraste é grande com o desenvolvimento do capitalismo industrial no qual os investimentos, as instalações e as máquinas fixavam-se duradouramente nas localidades e nos territórios. A economia política da incerteza desmantela tudo, e alguns de seus alvos foram as redes públicas de proteção social porque o Estado não pode ser deficitário e a confiança internacional requer esse atestado de bons antecedentes. Enquanto o capital flui livremente, a política permanece irremediavelmente local: a globalização retira o poder da política, pois parece que a arena das decisões está em um espaço impalpável. Consolidou-se, assim, o decréscimo da responsabilidade da comunidade sobre o destino daqueles(as) que a integram.

O desmonte das agências de proteção social, pela fé na desregulamentação e na privatização que transita na economia política da incerteza, transforma

pobres e desabilitados(as) em refugio humano. Uma boa parte daqueles(as) que Marx chamou de “exército industrial de reserva” não tem mais entrada na economia formal. Segundo dados e projeções recolhidos pelos jornalistas Hans Peter Martin e Harald Schumann, da revista *Der Spiegel*, em vista da velocidade crescente do desenvolvimento tecnológico, tendencialmente não mais de 20% da força de trabalho será suficiente para fazer a economia funcionar (*apud* Bauman, 2000, p. 27).

No mundo do desemprego estrutural, ninguém pode se sentir verdadeiramente seguro. Na instantaneidade da comunicação e na intensificação das relações sociais em escala mundial pela compressão do tempo e do espaço, alterações produtivas em Taiwan podem afetar a taxa de desemprego em Pittsburgh ou as linhas de montagem da Zona Franca de Manaus. Precariedade, vulnerabilidade, instabilidade e incerteza cercam a condição humana nesse estágio da modernidade avançada. A insegurança é um ar que se respira com frequência cada vez maior em virtude desse “encolhimento” do mundo.

Os processos macroeconômicos têm conseqüência direta sobre as microrrelações contraídas no cotidiano. Tome-se como exemplo a fragilidade de vínculos no mundo do trabalho. A reorganização produtiva denominada “especialização flexível” tem características que contribuem para o afastamento entre os(as) trabalhadores(as) e para o isolamento. É um processo de largo alcance que envolve a assimilação da tecnologia de informação à atividade produtiva e a adaptação da força de trabalho a essas novas condições. Por meio de máquinas reprogramáveis, as “máquinas-ferramenta”, permite a produção “ao gosto do freguês”, isto é, a satisfação de nichos cada vez mais específicos de consumidores(as) no mercado e agilidade para enfrentar a demanda por novas mercadorias. É um capitalismo em que a estrutura interna das empresas não tem durabilidade, está sujeita a alterações permanentes e decisivas e, por conseqüência, os(as) trabalhadores(as) nunca se sentem inteiramente seguros(as) de suas habilidades e do lugar que ocupam. Empregados(as) são alocados(as) em projetos e devem ser flexíveis para assimilar novos padrões de habilidade e produtividade em constante mudança. Sob tal dinamismo, “carreira” é uma palavra ultrapassada. Algo bem diverso da estabilidade do capitalismo industrial clássico e da fórmula paradigmática 40/40 que teve vigência em boa parte do século XX,

especialmente nas economias mais avançadas: 40 horas de trabalho por semana durante 40 anos, geralmente em empregos duradouros.

Se há algum princípio que norteia a especialização flexível, é o de que “não há longo prazo”. As pessoas empregadas nessa produção devem suportar a exposição permanente ao risco e ser capazes de se reinventar a cada momento. O que importa é mudar, não se comprometer e não se sacrificar pelo outro. Essa situação corrói os laços de lealdade, confiança, comprometimento, integridade e ajuda mútua que só se solidificam com o tempo. Uma análise pormenorizada dessas novas condições de trabalho pode ser encontrada no livro *A corrosão do caráter*, de Richard Sennett, no qual caráter é entendido como o “valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros” (Sennett, 1999, p. 10). Com o enraizamento da especialização flexível como forma de trabalho e de criação de riqueza material, os valores de autonomia, independência e liberdade sofrem grandes alterações, produzindo narrativas de vida que dispensam a profundidade dos vínculos entre os indivíduos. Tornam-se estilos da brevidade emocional e ética, um dos tormentos presentes no ambiente da reorganização produtiva da sociedade contemporânea.

Em um depoimento encontrado em *A corrosão do caráter*, uma das pessoas pesquisadas, ao relatar as relações de trabalho numa sofisticada agência de publicidade de Nova York, em certo momento diz: “Não deixe que nada se grude em você”. Como os demais relatos do livro, é expresso com grande sofrimento e culpa. A vivência é de distanciamento e de cooperatividade superficial, pois as pessoas devem estar sempre prontas a romper os laços contraídos em equipe e entrar em novos “projetos” e “campos de trabalho”. A dependência é experimentada como condição vergonhosa perante a capacidade de adaptação a novas tarefas e companheiros(as) de trabalho, ou seja, a “liberdade” de não se apegar a nada.

Na dilapidação dos laços de ligação com o outro, as pessoas passivas são tomadas pela culpa e pela sensação de fracasso em uma sociedade que se quer altamente dinâmica. As experiências mais profundas de confiança, que só se consolidam com o tempo, são quebradas quando as instituições se desfazem com extraordinária rapidez ou estão sendo continuamente reprojatadas. Olhando mais longe, o que Sennett aponta para a reorganização produtiva e para o trabalho pode ser observado crescentemente nas

demais esferas sociais da pós-modernidade. Por isso, vale ampliar o diagnóstico de Sennett e afirmar que as atuais redes institucionais se caracterizam pela “força dos laços fracos”.

O aprofundamento do cosmopolitismo universal é acompanhado da revitalização dos nacionalismos, da xenofobia e da busca enlouquecida de definição de identidades. A inconstância e a incerteza – ou, dito de outra maneira, o sentimento de dispersão, particularidade, complexidade e descentramento – não encontram referências em uma nova ordem mundial minimamente asseguradora da tolerância e da convivência fraterna entre os povos. O comércio mundial, por mais que possa trazer resultados benéficos ao intercâmbio dos povos, não substitui o atordoamento institucional em curso. Os esforços (e a fúria) em torno da agregação por semelhança, esse reforço da idéia de “comunidade” (ilusória), têm íntima conexão com a globalização e a economia política da incerteza. O recurso à “tradição” nada tem a ver com o passado. Ao contrário, é um fenômeno recentíssimo. Como salienta Clifford Geertz, essas lutas identitárias, na maioria das vezes levadas adiante com armas na mão, dizem respeito ao

*sentimento de quem são aqueles de quem se descende, quem são aqueles como quem se é parecido no pensar, na aparência, na maneira de falar, de comer, de rezar, ou nos gestos, e a quem, por conseguinte, sente-se que se está empaticamente ligado, haja o que houver.*  
(2001, p. 207)

Em um mundo cada vez mais interdependente, com uma circulação inaudita de idéias, valores e heranças culturais, a defesa da “pureza” de um determinado conjunto de doutrinas é a última trincheira onde se amontoam os desenganados da globalização, cujo efeito prático é a rejeição do engajamento dialógico de idéias no espaço público.

O efeito político dessas realidades não se limita ao aprofundamento das desigualdades e de estratificações perversas: propicia o surgimento de apelos pela “segurança”. O fenômeno Le Pen na França, por exemplo, foi alimentado pelo medo da classe média conservadora francesa e de setores operários à “invasão” de imigrantes, que atordoam a “paz” e a “tranquilidade” ou disputam postos de trabalho. Uma vez que as pessoas se retraem no individualismo

e na privatização de variadas dimensões da vida social temendo pela sua “segurança”, elas tendem a se desinteressar pela ação coletiva ou pela recomposição das redes de solidariedade social, traduzindo sua passividade e seu medo em votos para aqueles(as) que prometem “ordem”.

Essa demanda por segurança implica políticas sociais de criminalização da pobreza que aprofundam as fronteiras sociais. Segundo os dados apresentados em outro livro de Bauman, *Globalização: as conseqüências humanas*, há um aumento considerável de pessoas atingidas pela legislação criminal e destinadas às prisões. De 1979 a 1997, nos Estados Unidos, a proporção de prisioneiros(as) ou de pessoas sob a tutela da lei para cada 100 mil habitantes subiu de 230 para 649 (2% da população estava sob controle do sistema penal). Do início da década de 1960 até hoje, esse número subiu de 40 para 64 na Noruega e de 30 para 86 na Holanda. Atualmente, na Inglaterra e no País de Gales, 114 para cada 100 mil habitantes têm suas mazelas com o sistema penal. É, portanto, uma segurança experimentada *apesar* dos outros, em vez de uma segurança vivida *com* os outros.

Retornando às observações de Eric Hobsbawm mencionadas no início deste texto, o enfraquecimento do Estado e o estreitamento do espaço público na contemporaneidade resultam na extrema privatização da vida cotidiana e na deformação do sentido da proteção social. Quando as políticas sociais tornam-se políticas de encarceramento do refugio humano, abre-se a temporada da autodefesa, uma vez que os muros das prisões tornam-se a radicalização da metáfora que tem nas cancelas e guaritas dos condomínios a sua feição branda e ilusoriamente “confortável” ou “asseguradora”. “Lá fora”, na vida pública, onde as pessoas se encontram, misturam-se, atordoam-se com as demais vidas, aquelas que são protegidas se amedrontam, e o Estado trata de erigir as alfândegas sociais. A “ordem” passa a se constituir por pessoas tementes à violência – palavra que pode conter terríveis tragédias e vilanias, como também a simples manifestação do medo e da intolerância –, configuração institucional que não dissipa o sentimento de isolamento, de vulnerabilidade e de uma existência reduzida ao mínimo pela rotinização da manutenção de guardas e vigilantes que só o dinheiro pode comprar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FRIDMAN, Luis Carlos. *Vertigens pós-modernas: configurações institucionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Globalização e refugio humano*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 46, 1999.
- GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A vida em uma sociedade pós-tradicional*. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1997.
- \_\_\_\_\_. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1990.
- HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.